

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.654 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 10 DE MARÇO DE 2003

## Senadores vão debater política econômica com Palocci e Mantega

Ministros da Fazenda e do Planejamento devem participar amanhã à tarde, pela primeira vez, de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos. Pela manhã, os integrantes da CAE sabatinam três indicados para a diretoria do Banco Central, cuja nomeação depende de prévia aprovação do Senado.



O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e o do Planejamento, Guido Mantega, comparecem amanhã à Comissão de Assuntos Econômicos para falar sobre os rumos da economia brasileira no governo Lula

PÁGINA 3

### Congresso presta homenagem à mulher

Comemorado no sábado, o Dia Internacional da Mulher será assinalado pelo Congresso Nacional com sessão solene marcada para quarta-feira, às 11h.

PÁGINA 2

### Plenário pode votar amanhã renegociação das dívidas de pequeno produtor rural

A primeira matéria a ser examinada pelo Plenário do Senado amanhã é o projeto de conversão da medida provisória que prevê a renegociação das dívidas de pequenos produtores rurais. Enquanto não for votada, a MP obstrui a pauta, impedindo outras deliberações.



Plenário tenta votar MP das dívidas rurais para desobstruir a pauta

PÁGINA 2

### Conselho de Ética aguarda indicação de novos membros

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Juvêncio da Fonseca, pediu ao presidente do Senado, José Sarney, providências para acelerar o preenchimento das vagas no colegiado. Os novos integrantes devem ser indicados pelos partidos.

PÁGINA 4

## Regulamentação de profissões em debate na CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se na quinta-feira, às 10h, para discutir, dentre outras matérias, projeto que regulamenta o exercício das profissões de cabeleireiro, barbeiro, manicuro, pedicuro, esteticista e massagista. O projeto, que será analisado em caráter terminativo, é de autoria do ex-senador Moreira Mendes e tem voto favorável do relator, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

O projeto, além de enumerar as atividades específicas que esses profissionais desempenharão, exige, para o seu exercício, que sejam habilitados em cursos ministrados por instituições públicas ou privadas, ou comprovem estar exercendo efetivamente a profissão.

O autor argumenta que o exercício de qualquer atividade remunerada, sem estar disciplinada em lei, corre o risco de acarretar várias distorções e problemas sociais. Já o relator afirma que, com o aumento do desemprego, a cada dia surgem de maneira desordenada novos salões de beleza, grande parte na informalidade.

Jonas Pinheiro cita dados da Hair Brasil, feira profissional de beleza realizada anualmente, segundo a qual existem, somente no estado de São Paulo, cerca de 150 mil salões de cabeleireiros e mais de 600 mil cabeleireiros, manicuros, pedicuros, maquiadores, massagistas e donos de salão que trabalham em São Paulo.

A comissão discutirá ainda, em caráter terminativo, substitutivo do senador Tião Viana (PT-AC), relator do projeto que dispõe sobre a reprodução assistida. Também está na pauta o substitutivo apresentado pelo senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) ao projeto de lei que altera o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

# Dívida dos produtores rurais abre a pauta de amanhã

Exame da medida provisória que define rolagem de débitos dos pequenos agricultores continua a obstruir votações

O projeto de conversão à Medida Provisória (MP) nº 77, que estabelece os termos da renegociação das dívidas de pequenos produtores rurais, no limite de R\$ 35 mil, continua obstruindo a pauta do Senado, que tem sessão deliberativa amanhã, às 14h30. Um acordo de lideranças garantiu ao relator da matéria, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), prazo maior para a apresentação do relatório, que pode ser votado amanhã.

Alterada pela Câmara dos Deputados e transformada no Projeto de Lei de Conversão nº 33, a MP trata da renegociação das dívidas dos produtores com o Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procer), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), os bancos oficiais e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social/Fundo de Amparo ao Trabalhador (BNDES/FAT).

Consta também da ordem do dia projeto de decreto legislativo que aprova a programação monetária para o primeiro trimestre



Jonas Pinheiro ganhou prazo maior para apresentar relatório sobre a MP

deste ano, nos termos da Mensagem Presidencial nº 1, de 2003. De acordo com o documento, elaborado pelo Banco Central e apresentado pelo Poder Executivo, em um cenário favorável à redução das taxas inflacionárias, a programação monetária poderá ser implementada de modo a expandir a liquidez real da economia e reduzir os juros.

### MOÇÃO

Uma moção de apoio à paz e contra o ataque norte-americano ao Iraque, de autoria dos senadores Tião Viana (PT-AC) e Aloizio Mercadante (PT-SP), também está em pauta, e tem parecer favorável

da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Serão votadas em Plenário as seguintes indicações do Executivo: o juiz Teori Albino Zavascki, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, para ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ); João Gualberto Marques Porto Júnior, para o cargo de embaixador do Brasil junto à República de Cingapura; e Renato Luiz Rodrigues Marques, para embaixador na Ucrânia. Da mesma forma, o Executivo solicita a retirada de duas indicações do governo anterior: Antonio Augusto Dayrell de Lima, para o cargo de embaixador em Cuba, e Marcos Caramuru de Paiva, para embaixador no Canadá.

Na quarta-feira, entram em pauta duas propostas de emenda à Constituição (PEC). A primeira extingue o voto secreto dos parlamentares na deliberação sobre perda de mandato de deputados e senadores. A proposta, de autoria de Tião Viana, tem assinaturas de outros 27 senadores e parecer favorável do ex-senador José Eduardo Dutra. A outra PEC, de autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), inclui a alimentação como direito social.

## Dia Internacional da Mulher tem sessão solene no Congresso

O Dia Internacional da Mulher – comemorado sábado, dia 8 de março – será lembrado em uma sessão solene do Congresso Nacional, convocada para quarta-feira, às 11h. A bancada feminina no Congresso atualmente é composta por 44 deputadas e dez senadoras. De acordo com a Agência

Câmara, o presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, já divulgou nota oficial homenageando as mulheres, que, segundo afirmou, “não se furtam ao desafio de construir um futuro onde prevaleça o direito à diversidade, à dignidade e à justiça”.



## AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 10 DE MARÇO DE 2003

### PLENÁRIO

14h30 – Sessão não deliberativa

### PREVISÃO

### PLENÁRIO

#### Terça-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: MP nº 77/02, autoriza a concessão de crédito, com recursos dos fundos constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para aquisição dos títulos do Tesouro Nacional necessários à contratação de operação na forma da Resolução 2.471/98, do Conselho Monetário Nacional, relacionada com débitos contraídos com recursos de outras fontes, dispõe sobre reconversão de atividades de mutuários com dívidas junto a bancos oficiais federais; PDL nº 3/03, aprova a programação monetária relativa ao primeiro trimestre do ano de 2003; Mensagens que submetem à deliberação do Senado a indicação de João Gualberto Marques Porto Júnior e de Renato Luiz Rodrigues Marques para, respectivamente, exercerem o cargo de embaixador do Brasil junto a Cingapura e Ucrânia; Parecer nº 81/03, submete à deliberação do Senado a indicação de Teori Albino Zavascki para compor o STJ; mensagens solicitando a retirada das mensagens referentes às indicações de Antonio Augusto Dayrell de Lima e de Marcos Caramuru de Paiva para o cargo de embaixador; entre outros.

#### Quarta-feira

11h – Sessão Solene Conjunta do Congresso Nacional  
Pauta: comemoração do Dia Internacional da Mulher. Plenário do Senado

14h30 – Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: votação, em primeiro turno, das PECs nºs 38/00, dá nova redação ao parágrafo 2º do artigo 55 da Constituição federal, para exigir voto ostensivo no caso de perda de mandato de deputado e senador nas hipóteses dos incisos I, II e VI do caput do mesmo artigo; e 21/01, altera a redação do artigo 6º da Constituição federal (inclui a alimentação como direito social); PLS nº 219/97, altera a Lei nº 1.079/50, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento e o Decreto-Lei nº 201/67, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores; entre outros.

#### Quinta-feira

10h – Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: Requerimento nº 1/03, do senador Juvêncio da Fonseca, solicitando que sobre o PR nº 73/02, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a de Educação; Parecer nº 34/03, sobre o Requerimento nº 501/01, do senador Moreira Mendes, que solicita seja formulada consulta à CJ sobre a apreciação, em caráter terminativo, pela Comissão de Educação, das mensagens relativas a outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de imagens e sons; entre outros.

#### Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Paulo Paim  
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos  
1º Secretário: Romeu Tuma  
2º Secretário: Alberto Silva  
3º Secretário: Heráclito Fortes  
4º Secretário: Sérgio Zambiasi  
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza  
Serys Shessarenko  
Geraldo Mesquita Júnior  
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg  
Diretora da Mesa do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Journal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações



José Cruz

Antero: perdas inflacionárias fazem com que os assalariados paguem imposto de renda a mais

## Proposta de Antero reajusta tabela do IRPF

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) votará, em uma de suas próximas reuniões, projeto do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) sugerindo a atualização monetária da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), válida desde 10 de maio do ano passado, pela aplicação do índice de 1,4235 sobre os valores em reais da tabela. A proposição também altera a legislação tributária para estabelecer mecanismo de correção constante dos valores do IRPF, de acordo com a inflação no período.

O dispositivo recomendado pelo senador consiste na aplicação, no dia 1º de janeiro de cada ano, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir da correção sugerida para este ano por Antero Paes de Barros.

— O que se pretende é estabelecer uma sistemática de correção anual da tabela para evitar que, em decorrência das perdas inflacionárias dos rendimentos, esses sejam tributados a mais pelo imposto de renda, em termos reais, sem que tenha havido modificação legal daquela incidência — explicou o senador. Segundo ele, a medida objetiva também evitar futuros congelamentos das tabelas, com a conseqüente elevação do ônus tributário das pessoas físicas que pagam imposto de renda.

A matéria, que tem caráter terminativo na CAE, ainda não tem relator indicado. Se aprovada na comissão e não for submetida à deliberação do Plenário, seguirá para apreciação da Câmara dos Deputados.

# Palocci e Mantega participam de audiência pública na CAE amanhã

Marcada para após a ordem do dia, reunião da comissão com os ministros da Fazenda e do Planejamento debaterá política econômica do governo federal

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza audiência pública amanhã, após a ordem do dia, com a presença do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e do ministro do Planejamento, Guido Mantega, para debater a política econômica implementada pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Pela manhã, a partir das 10h, a CAE, presidida pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), analisa

três indicações do Poder Executivo à diretoria do Banco Central (BC). Os nomes de João Antônio Fleury Teixeira, Luiz Augusto de Oliveira Candiota e Paulo Sérgio Cavalheiro, indicados pelo presidente do BC, Henrique Meirelles, para compor a diretoria da instituição, serão avaliados em votação secreta pela comissão.



Radlobrás



Radlobrás

Antonio Palocci (E), ministro da Fazenda, e Guido Mantega, do Planejamento, debatem política econômica amanhã à tarde com os senadores da CAE

## Mercadante destaca recuperação da economia

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), chamou a atenção para a evolução positiva dos índices da economia brasileira. Em entrevista coletiva em seu gabinete, o parlamentar avaliou que a recuperação dos indicadores se dá mesmo diante de um cenário mundial de incertezas decorrente da iminência de ataque americano ao Iraque.

Primeiramente, Aloizio Mercadante citou como exemplo o déficit comercial nas contas externas, que foi superior a US\$ 25 bilhões, em 2001, e cuja previsão para este ano é de que não chegue a US\$ 5,6 bilhões.

— O Brasil reduziu a necessidade de dinheiro novo em US\$ 20 bilhões ao ano — afirmou, ressaltando que as linhas de financiamento externo estão sendo restabelecidas, inclusive com oferta



Genaldino Magalhães

Mercadante: estabilização do câmbio cria condições para a queda dos juros

de dinheiro novo.

O líder do governo comemorou também a queda do risco país, de mais de 2,4 mil pontos em outubro do ano passado, para menos de 1,2 mil pontos atualmente. Disse ainda que os principais títulos da dívida externa brasileira, os C-Bonds, se valorizaram, valendo

hoje, no mercado secundário, 74% de seu valor de face.

A estabilização da taxa de câmbio foi outro item enfatizado pelo senador paulista do PT. Segundo ele, essa estabilização “cria condições para uma queda sustentável da taxa de juros”.

O câmbio estável também permite uma queda nas tarifas administradas pelo governo. Mercadante lembrou que os preços livres já estão caindo. Ele enfatizou que, mesmo com o aumento da inflação desde o fim do ano passado, a indexação da economia não aconteceu.

Toda essa situação favorável, segundo o líder do governo, será destacada na audiência pública que os ministros Antonio Palocci e Guido Mantega farão amanhã na CAE. Segundo o senador, falta agora ao país criar condições de investimento para incrementar o desenvolvimento.

### CONSELHO DE ÉTICA

Aloizio Mercadante mostrou-se confiante de que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar examine na próxima semana o recurso da bancada contra o arquivamento da representação que pede uma sindicância para apurar as denúncias de envolvimento do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), no episódio dos grampos telefônicos irregulares na Bahia. Ele informou que o presidente do Senado, José Sarney, orientou os partidos a indicarem seus representantes no conselho.

O líder do governo também anunciou que a reunião entre o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e os 27 governadores deve ser antecipada para o final de março. O encontro deverá rediscutir as propostas de reforma tributária e previdenciária, já tratadas na primeira reunião, no mês passado.

## Heloísa Helena defende plebiscito sobre autonomia do Banco Central

Já está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto de decreto legislativo apresentado pela senadora Heloísa Helena (PT-AL) que convoca um plebiscito nacional sobre a proposta que dá autonomia operacional ao Banco Central (BC). Ela argumenta que “o povo está à margem da discussão” da proposta do governo de oferecer mais liberdade ao BC. O plebiscito seria, então, uma for-

ma de permitir que a população participe desse debate.

O projeto considera autonomia do BC o estabelecimento de mandato fixo para os diretores e o presidente do BC e a “independência da instituição na definição de taxas de juros, metas de inflação e metas de crescimento econômico”. A senadora Heloísa Helena questiona a autonomia do BC, ponderando que isso significa o governo Luiz

Inácio Lula da Silva “abrir mão da política econômica”.

Se aprovado o projeto, todas as propostas que tratam de autonomia do Banco Central terão tramitação suspensa, até que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) realize o plebiscito. O presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), ainda não indicou relator para a proposta, nem há prazo para que a matéria seja colocada em discussão e votação.



Célio Azevedo

Heloísa Helena: população está à margem da discussão sobre a autonomia do Banco Central

# Juvêncio pede indicações para o Conselho de Ética

Senador teme que falta de definição dos partidos sobre os membros do colegiado possa adiar a primeira reunião, marcada para quarta-feira

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), pediu na manhã de sexta-feira ao presidente do Senado, José Sarney, providências para acelerar o preenchimento das vagas em aberto no colegiado. Juvêncio admitiu que, em função da reorganização do conselho, talvez seja necessário adiar, ao menos por um dia, a reunião prevista para quarta-feira, na qual seria discutido recurso do PT contra o arquivamento de pedido de investigação do caso das escutas ilegais na Bahia.

— O presidente Sarney concordou plenamente com o que foi exposto e prometeu agilizar o processo — afirmou o senador.

A preocupação de Juvêncio é que os partidos ainda não indicaram à Mesa do Senado os nomes dos senadores, e esses devem cumprir formalidades, como a apresentação de declaração de Imposto de Renda, antes de assumir as respectivas vagas. Além disso, as indicações só poderão ser votadas pelo Plenário do Senado depois da apreciação, também prevista para quarta-feira, da MP sobre crédito rural, que trava a pauta. Por isso, o senador acha mais provável conseguir realisar a reunião na quinta-feira.



Juvêncio ainda não recebeu representação formal do PT para abertura de processo

O presidente do Conselho de Ética disse que o andamento do inquérito da Polícia Federal (PF) sobre a escuta ilegal, no qual está sendo citado o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), permite afirmar que “indícios para abrir processo já existem”.

— Os depoimentos narraram fatos. Não sei se são suficientes para condenar, mas são indícios que justificam a abertura de processo.

Juvêncio considera, no entanto, ser mais razoável esperar a conclusão das investigações da PF sobre os grampos telefônicos de mais de 200 pessoas, que teriam sido solicitados irregularmente pela Secretaria de Segurança Pública da Bahia. Esse inquérito pode

demorar, segundo o senador, mais três semanas.

Juvêncio argumentou que ainda não recebeu representação formal do PT para que seja aberto processo solicitando a cassação do mandato do senador Antonio Carlos Magalhães. Segundo ele, senadores do partido apenas encaminharam a ele transcrições de gravações de conversas telefônicas feitas por jornalistas da revista *IstoÉ*, requerendo que esses profissionais da imprensa fossem ouvidos pelo conselho. Esse procedimento, na interpretação de Juvêncio, não justifica a abertura de processo investigatório.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) participou da reunião e disse que foi defender que as vagas no conselho sejam preenchidas de acordo com a nova proporcionalidade entre as bancadas. Quanto à posição de seu partido, Suplicy destacou que o PT “está aguardando todos os indícios para formular a denúncia, mas ainda não há provas materiais”.

— Achamos que o Conselho de Ética deveria iniciar logo a apuração e depois agregar os elementos do inquérito da Polícia Federal. Avaliamos que é preciso ter mais elementos, e dar toda possibilidade de defesa ao senador Antonio Carlos Magalhães — afirmou.

## Primeira reunião pode acontecer já na quarta

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) se disse satisfeito com a decisão do presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Juvêncio da Fonseca, de convocar reunião para a quarta-feira a fim de discutir o requerimento do PT que pede investigação de possível quebra de decoro pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Suplicy solicitou à Mesa do Senado que promova a constituição

do Conselho de Ética “o quanto antes”. Para isso, o senador sugeriu que as lideranças designem os membros até amanhã, para que os nomes sejam eleitos pelo Plenário na sessão do mesmo dia, às 14h30. Assim, salientou Suplicy, na quarta-feira o conselho pode ser instalado para discutir o recurso do PT. Suplicy disse esperar que Juvêncio tenha a oportunidade de relatar o conteúdo dos documentos com a apuração feita

pela Polícia Federal até o momento acerca das gravações de telefonemas pela Secretaria de Segurança Pública da Bahia, “utilizando critérios inadequados”.

— Devemos saber se houve ou não envolvimento do senador Antonio Carlos. Por isso, a bancada do PT apresentou requerimento para fazer a averiguação. Será obrigação do Senado Federal realizar esse trabalho — declarou Suplicy, da tribuna, na sexta-feira.

## Cinco ministros devem ser ouvidos em audiência na CE

Entre os cinco itens da pauta que deverá ser apreciada pela Comissão de Educação (CE) em reunião marcada para amanhã, inclui-se requerimento do senador Osmar Dias (PDT-PR) solicitando a realização de audiências públicas destinadas a ouvir, separadamente, os ministros da Educação, Cristovam Buarque; da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral; das Comunicações, Miro Teixeira; do Esporte, Agnelo Queiroz, e da Cultura, Gilberto Gil.

— Precisamos conhecer as diretrizes e os programas prioritários dessas pastas, para os próximos quatro anos — afirmou o presidente da comissão.

Osmar ressaltou que compete à CE opinar sobre educação, cultura, ensino, esportes, comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, criação científica e tecnológica, informática e atividades nucleares de qualquer natureza,



Osmar Dias é autor do requerimento solicitando as audiências públicas

além do transporte e utilização de materiais radioativos, entre outras atribuições.

Depois que o requerimento for aprovado, informou o senador, a secretaria da CE entrará em contato com a assessoria dos cinco ministros para que sejam marcadas as da-

tas para a realização das audiências públicas. De acordo com Osmar Dias, os integrantes da CE serão municiados pelos depoimentos e os debates com os ministros para uma atuação mais objetiva e produtiva do ponto de vista do interesse da sociedade.

### SUBSTITUTIVOS

Serão apreciados pela CE substitutivos do ex-senador Casildo Maldaner a projeto que inclui a disciplina Noções de Cidadania no currículo dos ensinos fundamental e médio, e do ex-senador Ricardo Santos a proposta que modifica o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).

## Comissão discute fim de taxa na conta de energia

A reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), que está marcada para amanhã, às 14h, vai examinar projeto de lei de autoria do senador Osmar Dias (PDT-PR) que veda a cobrança do chamado “custo de disponibilidade” aos consumidores residenciais de energia. A matéria altera a lei que instituiu a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica.

O custo de disponibilidade é um valor que incide sobre os consumidores, independente do uso de energia durante o mês. A cobrança da taxa pelas distribuidoras tem aval da Aneel e refere-se à disponibilização da eletricidade.

Na justificativa da proposta, o autor afirma que o consumidor deve pagar unicamente pela energia que consome. Osmar argumenta que, “além de ser mais justo, constitui um estímulo importante ao uso mais racional dos recursos”. O projeto recebeu parecer favorável do relator, senador Luiz Otávio (PMDB-PA).

A comissão também irá examinar requerimento da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) para que a ministra Dilma Roussef, de Minas e Energia, compareça à comissão a fim de discutir suas propostas de atuação para o ministério. Outro requerimento da senadora solicita o comparecimento do ministro dos Transportes, Anderson Adauto, para falar de sua área.

## Suplicy sugere esforço conjunto contra violência na América do Sul

A reunião entre o presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na manhã de sexta-feira, levou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) a sugerir aos chefes de Estado que adotem esforços comuns para resolver os problemas da violên-

cia. Para Suplicy, a situação dos países que enfrentam problemas de segurança por causa do narcotráfico exige mudanças rápidas, que passam pela diminuição das desigualdades sociais.

— Se na Colômbia observamos uma verdadeira insurgência civil

e o domínio de áreas do país por guerrilheiros, alguns ligados ao narcotráfico, no Brasil a situação está cada vez mais difícil. Apesar dos esforços do governo Lula para que todos os brasileiros tenham acesso a uma quantidade suficiente de alimentos e a oportu-

nidades de educação, a velocidade das mudanças terá que ser muito maior — analisou Suplicy.

O senador ressaltou que, no Rio de Janeiro, observam-se, a cada dia, cenas que “fazem lembrar até mesmo o que está acontecendo no Oriente Médio, com tiroteios, explo-

sões e bombas”. A intranquilidade na cidade, disse ele, é geral.

— É preciso encontrar solução desde os rincões como Guaribás (PI) até as regiões metropolitanas de Rio de Janeiro e São Paulo. A solução deve envolver o Brasil e a América do Sul.

## Eduardo: apoio ao Fome Zero não se vincula a partido

O programa Fome Zero e o desejo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de manter maior relacionamento com mercados alternativos, como a Europa, frente às barreiras comerciais impostas pelos Estados Unidos, foram elogiados pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO).

— O Fome Zero é importante. Não há brasileiro, integrante ou não de partido político, que possa se colocar contrariamente a esse programa. Não podemos nos colocar na condição de críticos desejosos de que o programa não dê certo por razão político-partidária ou de qualquer outra natureza — afirmou.

Para o senador, é bom que o povo tenha dado à esquerda, de maneira democrática, a oportunidade de governar o país. Ele disse que não usará de ironia para apontar mudanças de comportamento do PT no governo, mesmo porque, na sua opinião, a população saberá dar seu veredicto na próxima eleição.

— Agora os debates serão mais democráticos e muitos dos que não sabiam por que as coisas não eram feitas descobrirão que não é por simples vontade política que tudo acontece — observou.

### TOCANTINS

Eduardo salientou os bons resultados que o Tocantins tem atingido na agricultura e na pecuária, principais áreas de atuação econômica do estado. Segundo ele, o Tocantins vem primando pela responsabilidade fiscal: compromete pouco acima de 40% de seu orçamento com a folha de pagamento e obteve da Secretaria do Tesouro Nacional classificação “A” para suas contas.

Esse quadro econômico e fiscal favorável tem garantido melhoria na qualidade de vida da população, destacou o senador. Na agricultura, o êxito resultou, em grande parte, do interesse do mercado interno e externo por produtos orgânicos, livres de substâncias químicas ou nocivas à saúde, apontou.

O senador salientou que o Tocantins é um dos maiores produtores agrícolas nacionais, com 56.239 propriedades rurais e um rebanho de 7 milhões de cabeças de gado, 85% de corte. O escoamento da produção tocantinense, no entanto, tem sido prejudicado pela má qualidade das estradas federais.

Em aparte, a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) afirmou que o problema das estradas preocupa a todos, mas que as da Região Norte certamente são as mais precárias.

# Lando elogia prioridade para o combate à fome

Conforme o parlamentar, “ao assumir essa missão, Lula demonstra disposição de alterar um quadro perverso e discriminador”

O senador Amir Lando (PMDB-RO) elogiou a iniciativa do governo de Luiz Inácio Lula da Silva de priorizar a implementação do programa Fome Zero. “É preciso parar a marcha fúnebre de miséria, fome e morte”, disse ele em Plenário, na sexta-feira. Diante de uma situação de “fome endêmica”, Lando questionou: “De que servirão promessas de casa própria, saúde, porvir, quando, no presente, o que está em jogo é a própria existência?”.

Na opinião do senador, o programa Fome Zero tem o mérito de garantir a parcela significativa da população brasileira o direito ao menos a um prato de comida, lembrando que “onde não há pão, não há lei, nem liberdade, nem democracia, nem haverá República”. Ao assumir essa missão, afirmou Lando, o presidente Lula demonstra disposição de alterar um quadro perverso e discriminador, que confere a alguns brasileiros acesso aos serviços da civilização e coloca outros à margem dos avanços da modernidade.

— Para quem está à beira da morte, em uma situação de debilidade física e mental, um prato de comida é a salvação — sustentou.



Fotos: José Cruz

Amir Lando diz que reforma agrária é alternativa para gerar emprego e renda

Nesse sentido, o senador peemedebista disse que fica difícil, inclusive, cobrar do crime organizado, “uma sociedade rebelde que viola a lei”, respeito à pessoa humana. “Como vamos exigir padrão civilizado e de respeito ao cidadão daqueles que não se beneficiam do que a civilização oferece?”, indagou Amir Lando.

### REFORMA AGRÁRIA

Paralelamente à intervenção imediata de combate à fome, Amir Lando sugeriu uma ação firme de geração de emprego e renda, aliada a uma boa oferta de infraestrutura. E apontou a reforma agrária como um caminho viável para se atingir esse objetivo, destacan-

do as imensas possibilidades para ampliação da fronteira agrícola do país. Só na região amazônica, informou, já foi catalogada a existência de mais de 100 milhões de hectares de terras férteis, “disponíveis para brasileiros que sabem e precisam plantar para sobreviver e projetar um futuro melhor”.

Em aparte, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) reconheceu que o combate à carência alimentar pelo governo é “louvável”, mas ponderou que iniciativas do gênero devem ser acompanhadas por um programa de reforma agrária, a forma mais rápida, no seu ponto de vista, de enfrentar o desemprego e a fome.

## Programa pode ser aperfeiçoado, diz Suplicy

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lamentou o fato de o prazo para apresentação de emendas à medida provisória (MP) que estabelece critérios para implementação do cartão alimentação, parte do programa Fome Zero, já se ter esgotado sem que houvesse uma reunião da comissão mista designada para analisar o texto. Ainda assim, o senador sugeriu que a MP pode ser aperfeiçoada por meio das propostas a serem apresentadas pelo relator designado para examinar a matéria.

Em discurso na sexta-feira, Suplicy também associou-se à iniciativa do papa João Paulo II, que pediu que as pessoas jejuem para que haja possibilidade de evitar a guerra no Oriente Médio. O pedido do papa foi feito diante das declarações dos presidentes dos



Eduardo Suplicy apóia iniciativas para evitar a guerra contra o Iraque

Estados Unidos, George W. Bush, e do primeiro-ministro da Inglaterra, Tony Blair, que estão dispostos a desencadear a guerra ainda que possa haver veto por parte de componentes do Conselho de Segurança da Organização

das Nações Unidas (ONU).

— França, Alemanha, Rússia e China já expressaram que não desejam que se desencadeie a guerra contra o Iraque sem que se conclua o esforço de desarmamento pacífico do país. Quero me somar aos esforços do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que outros chefes de Estado da América Latina, que têm assento no Conselho de Segurança da ONU (México e Chile), expressem a opinião dos povos da região no sentido de que tudo deve ser feito para persuadir os governos dos Estados Unidos, da Inglaterra e do Iraque para chegarem a um entendimento que não seja a guerra, que pode levar à morte de milhares de pessoas, uma situação de barbárie injustificada — apelou Suplicy.



Proposta de Delcídio Amaral pode facilitar escoamento de safra para pequeno produtor agrícola

## Delcídio quer dar preferência ao pequeno produtor

Para garantir a comercialização dos produtos dos pequenos agricultores, o senador Delcídio Amaral (PT-MS) apresentou projeto de lei exigindo que os programas governamentais de distribuição de alimentos e combate à fome dêem preferência, na compra de produtos, aos oriundos de unidades de pequeno porte e localizadas nas regiões onde os gêneros alimentícios serão distribuídos. Pelo projeto, as compras destinadas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (Merenda Escolar) deverão obedecer às mesmas exigências.

Na justificativa da proposta, Delcídio argumenta que, oferecendo garantias de escoamento de suas safras aos pequenos produtores rurais, eles terão menor risco na atividade e a iniciativa poderá se transformar num sólido instrumento de fixação do homem no campo.

Para o senador, a preferência de comercialização também beneficiará as ações de assentamento rural. “São as dificuldades de enfrentar a concorrência desleal do mercado que acabam malogrando muitos esforços de reforma agrária no Brasil”, observou.

A atual estrutura agrária brasileira representa um dos principais obstáculos ao desenvolvimento da economia, gerando milhões de desempregados que migram para as cidades, aumentando os problemas urbanos de moradia e de violência, disse o senador.

Delcídio lembrou que o atual governo pretende intensificar as ações de reforma agrária e assentamento rural e que, dentro desse quadro, seu projeto colaborará para o êxito dessas iniciativas.

O projeto tramita em caráter terminativo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Se aprovado na comissão, dispensará votação em Plenário, a menos que haja recurso nesse sentido.

# Paim apresenta projeto para recuperar valor do mínimo

Proposta estabelece que reajuste siga o IGP-DI acrescido de R\$ 0,20 a hora trabalhada e seja concedido no dia 1º de maio de cada ano

Por meio de projeto de lei apresentado ao Senado, Paulo Paim (PT-RS) pretende estabelecer uma nova fórmula de reajuste do salário mínimo pela qual seja implementada uma política de recuperação do valor do piso e dos benefícios do regime geral de previdência social. A matéria foi distribuída para as comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo a esta a decisão final sobre o assunto.

Pela proposta, o salário mínimo deverá ser reajustado no dia 1º de maio de cada ano, a partir de 2004, pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), acrescido de R\$ 0,20 a hora trabalhada. O senador justifica a escolha do IGP-DI pelo fato de ser o índice que representou durante muitos anos a inflação oficial, refletindo de maneira mais precisa a perda de poder aquisitivo.

O texto constitucional, que de-



Célio Azevedo

Paulo Paim calcula que mínimo de 1940 corresponderia hoje a R\$ 661

fine em seu artigo 7º que o salário mínimo deve ser suficiente para cobrir o custo de vida de uma família, é o parâmetro usado por Paim para a aplicação da fórmula. Ou seja, quando o valor for suficiente para essa finalidade, a fórmula para a recuperação prevista no projeto não precisará mais ser aplicada.

O senador argumenta que o mínimo vem sofrendo forte queda ao longo da história, devido à inflação e a políticas de governo

“equivocadas”. Ele calcula que o valor inicial, de 1940, corresponderia hoje a R\$ 661, ou seja, o mínimo atual equivaleria a apenas 29,66% desse valor. Caso a Constituição fosse cumprida, continua Paim, o mínimo, em março de 2002, deveria valer R\$ 1.091,21.

Paim destaca ainda que, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1999, 14,7 milhões de trabalhadores, ou 24,4% do total, recebiam salário mínimo.

## Abaixo dos 100 dólares

Desde 1999 o salário mínimo brasileiro está abaixo dos US\$ 100, valor considerado como parâmetro pelo governo atual e pelo anterior, de Fernando Henrique Cardoso. Veja abaixo o quanto equivalla, em dólares, o salário mínimo na época da sua vigência:

Ano	Salário mínimo (em real)	Salário mínimo (em dólar)*
1995	100	109,4
1996	112	112,8
1997	120	112,7
1998	130	113,6
1999	136	81,3
2000	151	86,7
2001	180	83,4
2002	200	86,1

\* Com base na cotação do primeiro dia útil após a entrada em vigor do salário.

## O que diz a Constituição sobre o salário

**A**rt. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

## “Staff” deve apoiar reformas, afirma Tuma

Para garantir mais agilidade no exame e votação das reformas política, trabalhista, tributária e previdenciária, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) propôs tirar o máximo proveito do *staff* do Senado, que, a seu ver, está capacitado para estudar proposições e analisar conseqüências das diferentes propostas que entrarão em tramitação.

Entre as atividades que podem

subsidiar a decisão dos senadores, Tuma citou a iniciativa da Consultoria Legislativa da Casa de constituir quatro grupos de trabalho para subsidiar os preparativos da tramitação das quatro reformas. Ele também considerou muito produtivo o seminário realizado, no mês de fevereiro – “Previdência do setor público: números e alternativas” –, que lotou duas salas das comissões do Senado.

Para o senador, tem sido a visão de estadista do presidente do Senado, José Sarney, que vem preparando o terreno para que a Casa possa apresentar um bom desempenho parlamentar. Ele conclamou todos os senadores a tirar proveito dessa infra-estrutura e dos serviços de consultoria, bem como das atividades do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), como órgão acadêmico.

## Raupp pede reintegração de funcionários em Rondônia

Em discurso no Plenário na sexta-feira, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) apelou para que o governador de Rondônia, Ivo Cassol, reintegre 10,4 mil servidores estaduais demitidos no governo anterior, de José Bianco. Segundo o senador, a demissão deixou mais de 50 mil pessoas “na rua da amargura”. Raupp comunicou ainda que decisão judicial, com sentença transitada em julgado que aguarda cumprimento, determina que os servidores sejam readmitidos.

– Faltavam poucos meses para que muitos desses demitidos se aposentassem. Muitos deles já morreram, suicidaram-se ou tiveram problemas de saúde por falta de recursos financeiros. Outros estão em situação deplorável, muito difícil. Essa foi uma grande injustiça do governo anterior – declarou o senador, lembrando que a senadora Fátima Cleide (PT-RO) recentemente fez apelo semelhante da tribuna.

Para Raupp, não faltam argumentos para a reintegração dos servidores. Segundo ele, houve substancial incremento na arrecadação de impostos estaduais, já que o recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) praticamente dobrou graças à elevação do preço dos combustíveis e da ampliação do fornecimento de energia elétrica e dos serviços de telefonia.

Além disso, o senador informou que o governador enviou mensa-



José Cruz

Demissão de 10,4 mil servidores no governo anterior foi injusta, afirma Valdir Raupp

gem à Assembléia Legislativa de Rondônia solicitando a contratação emergencial de servidores.

– Gostaríamos de sensibilizar o governador para que ele possa reintegrar esses profissionais, tendo em vista que o estado está precisando de professores, médicos, agrônomos e engenheiros. Se o governo está pedindo contratação emergencial à Assembléia, por que não chamar os servidores demitidos? – questionou.

PESAR

Valdir Raupp também registrou em seu discurso a morte do professor Misael Silva, que faleceu na última quarta-feira. Ex-presidente da Assembléia Legislativa do estado e deputado constituinte de Rondônia, Misael Silva também foi secretário de Cultura e Turismo quando Raupp era governador.

– Gostaria de externar profundo sentimento pela perda desse homem público – declarou.

## Antero quer anistia para ex-servidor de órgão extinto

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) apresentou projeto de lei permitindo que se habilitem a anistia os ex-servidores de órgãos públicos extintos que tenham permanecido trabalhando em atividades relacionadas com a dissolução da entidade a que estavam vinculados. O projeto, explica o senador, se destina a fazer justiça aos ex-servidores da Interbrás, subsidiária do grupo Petrobras para o comércio internacional, extinta no governo Collor.

Por questão de isonomia, o parlamentar disse que seu projeto alcança todos os ex-servidores em situação idêntica aos da Interbrás. Ele lembra que a Lei 8.878/94 concedeu anistia a todos os funcio-

nários da administração direta e indireta demitidos, exonerados ou dispensados sem justa causa no período de 15 de abril de 1990 a 30 de setembro de 1992.

Antero afirma que no caso específico da Interbrás mais de 80% dos integrantes do quadro funcional da empresa foram dispensados até 30 de setembro de 1992, anistiados e readmitidos pelo grupo Petrobras. Os restantes permaneceram trabalhando, por força da necessidade e imposição dos liquidantes, para ultimar a liquidação da empresa, o que só ocorreu em 30 de junho de 1994.

Para o senador, com o adiamento, foram seriamente prejudicados os que permaneceram em serviço.

## Gabardo cobra luta eficaz contra corrupção

O Brasil precisa empenhar esforços para acabar com a cultura da corrupção e com a malversação da coisa pública. Caso contrário, alertou o senador Olivir Gabardo (PSDB-PR), o país não conseguirá mudar seus costumes e alcançar níveis de



Olivir Gabardo: desvios prejudicam maioria dos municípios brasileiros

progresso e bem-estar que almeja. Para ele, essa deve ser uma das metas primordiais do novo governo, a quem o senador sugere instituir um ministério de Controle Externo específico para cuidar da monitoração do uso do dinheiro público no país.

– Não tenho dúvida em afirmar que boa parte dos problemas brasileiros seriam resolvidos sem o sacrifício de funcionários e trabalhadores, que fatalmente serão atingidos pelas reformas necessárias que se impõem ao país, se fosse possível estancar a corrupção entre nós – afirmou o senador.

### DESVIOS

Ao apontar exemplos de irregularidades e desvios de recursos públicos nas administrações de municípios de seu estado, o Paraná, Olivir Gabardo observou ser esse um problema que atinge a maioria dos municípios brasileiros. Segundo enfatizou, isso ocorre em função de a cultura da corrupção ser muito antiga e estar “arraigada” nos hábitos nacionais.

– A corrupção está encravada

## Álvaro Dias reassume mandato

Após um afastamento de quatro meses, o senador Álvaro Dias (PDT-PR) reassume hoje seu mandato na Casa. O comunicado foi lido em Plenário, na sexta-feira, pelo segundo vice-presidente do Senado, Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO). No período em que esteve licenciado das atividades legislativas, em função da disputa eleitoral pelo governo do Paraná, assumiu sua vaga o suplente Olivir Gabardo (PSDB).

Ainda na condição de senador,



Álvaro Dias reassume mandato após ausência de quatro meses

em todo aparelho do Estado brasileiro. Este é um cancro que se precisa extirpar com maior urgência do que qualquer uma das apregoadas reformas que o novo governo se propõe realizar – disse, acrescentando que o problema é tão sério que o Brasil ocupa, de acordo com estudos da organização não governamental (ONG) Transparência Internacional, que estuda o tema, o 45º lugar no *ranking* dos países corruptos.

Olivir Gabardo – que se despediu do Senado, já que o titular da cadeira, Álvaro Dias (PDT), está reassumindo hoje – relacionou todos os pontos e etapas de uso e aplicação do dinheiro público em que ocorrem desvios, desde a elaboração até a execução do Orçamento. Apontou deficiências de ordem financeira e patrimonial, nas licitações e com despesas de pessoal. Criticou, em particular, a ausência de publicidade das ações dos administradores, lembrando que essa é a única maneira de a sociedade acompanhar esses atos.

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) defendeu, em aparte, a reforma do Judiciário e a implantação do controle externo desse Poder. “Isso se faz necessário porque o tráfico de influência ocorre de todos os lados”, argumentou a senadora.

Gabardo fez seu discurso de despedida na sessão de sexta-feira, quando defendeu a criação de um ministério de Controle Externo para monitorar o uso dos recursos públicos e, assim, combater práticas de corrupção na administração pública. Também aproveitou para agradecer a colaboração dos parlamentares no período em que exerceu a função senatorial, em especial aos senadores Eduardo Siqueira Campos e Ramez Tebet (PMDB-MS).

## Eduardo defende redivisão territorial para o país crescer

Disposto a aprovar reformas que o governo propuser, senador pelo Tocantins cobra rediscussão de um grande pacto federativo

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) afirmou na sexta-feira, da tribuna, que tem disposição política de aprovar as principais reformas a serem propostas pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, independentemente de sua posição partidária. Ele cobrou, no entanto, que no bojo dessas reformas esteja incluída a proposição de um grande projeto nacional capaz de rediscutir o pacto federativo e a redivisão territorial do país.

Eduardo anunciou, inclusive, que irá apresentar, nos próximos dias, um projeto de lei estabelecendo regras para criação de territórios e estados federais. Se aprovada sua proposta – que resultaria em uma nova redivisão do país –, não haveria ônus para os cofres públicos com o pagamento de governadores ou funcionários públicos, mas, sim, serviria como opção para redistribuir a população concentrada nos grandes centros urbanos da Região Sudeste, enfatizou o senador.

Para o senador, o Brasil possui extensas áreas agricultáveis que, uma vez povoadas, só trariam benefícios. Ele citou como exemplo o estado do Tocantins, criado em 1988 e “hoje, uma alternativa para o desenvolvimento nacional”.

– Temos dois terços da população brasileira ocupando um ter-



Eduardo Siqueira Campos: país deve aproveitar extensas áreas agricultáveis

ço do território nacional e, em contrapartida, uma imensidão territorial de terras produtivas, com grandes riquezas minerais, em estados que estão ocupados com taxas demográficas de um, dois e três habitantes por quilômetro quadrado, numa verdadeira desorganização nacional.

### SOLUÇÃO

Para Eduardo, uma nova divisão territorial do Brasil poderia resolver problemas atuais graves, como o das populações carentes que moram sem infra-estrutura mínima nas metrópoles e, principalmente, a violência urbana. Em sua opinião, qualquer novo território, criado na Região Norte, por exemplo, poderia abrigar um presídio de segurança máxima capaz de abrigar os criminosos que nenhum estado quer.

– Vamos abandonar o bairrismo,

## Simon pede críticas que ajudem a encontrar saídas

Ao fazer uma análise da grave crise internacional e dos principais problemas nacionais, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) considerou inútil e um desserviço ao país a posição dos que, segundo ele, “ficam apenas criticando as atitudes ou não atitudes do novo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sem oferecer soluções”. Para Simon, as críticas, nesse momento, devem ser construtivas e contribuir para modificar o atual cenário geral.

– Não adianta alguns parlamentares do governo anterior ficarem pegando exemplos de discurso dos membros do atual governo para mostrar contradições. Como

também não resolve o governo Lula ficar apontando as dificuldades orçamentárias que o governo anterior deixou. O momento é de crise, de ameaça de guerra iminente. Precisamos usar a inteligência para encontrar saídas.

Segundo o senador, se o Brasil não resolver um de seus principais problemas, que, conforme indicou, reside no pagamento elevado de juros decorrentes da dívida externa, vai ser muito difícil retomar o crescimento.

Simon criticou a postura dos Estados Unidos de querer atacar o Iraque mesmo sem o apoio do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

aumentar o número de estados, novos territórios federais, preencher os grandes vazios nacionais, fortalecer os municípios que já existem e, finalmente, aproveitar as riquezas nacionais que estão entre as maiores do planeta – frisou Eduardo Siqueira Campos, citando como exemplo a decisão do ex-presidente Juscelino Kubitschek de construir Brasília.

Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou, em aparte, a preocupação do orador, reconhecendo que é preciso unir esforços para enfrentar os problemas citados por Eduardo Siqueira Campos. Suplicy disse que acompanhou de perto o esforço do ex-governador Siqueira Campos, pai do senador, para a criação do Tocantins, durante a Assembleia Constituinte (1987).

Também Pedro Simon (PMDB-RS) concordou com as posições de Eduardo Siqueira Campos, especialmente pela disposição em apoiar as reformas. Simon traçou um paralelo entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ex-governador Siqueira Campos, por ambos terem sido vitoriosos na política sem possuírem curso superior. Segundo Simon, “muitas vezes os que palmilham pela vida conseguem muito mais competência para gerir a coisa pública do que um doutor formado em Harvard”.



Simon espera sugestões que contribuam para modificar cenário geral

Em sua opinião, a atitude do presidente George W. Bush de ignorar os pedidos de paz da comunidade internacional vai abalar a ligação das nações e o sentido da democracia pregado na atualidade.

O senador Amir Lando (PMDB-RO) apoiou o discurso de Simon, lamentando o rumo dos acontecimentos no panorama internacional. Ele lembrou que a Humanidade poderá pagar um preço muito alto pela decisão de apenas um país, os Estados Unidos.

# Cadastro nacional de ONGs já pode ser votado

Projeto foi apresentado pela CPI que, no ano passado, investigou as atividades das organizações não-governamentais no Brasil, hoje cerca de 250 mil. Controle ficará a cargo do Ministério da Justiça

O projeto que cria o Cadastro Nacional de Organizações Não-Governamentais (CNO) está pronto para entrar na ordem do dia. A proposta, apresentada pela comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigou as atividades das organizações não-governamentais (ONGs), trata do registro, fiscalização e controle dessas entidades.

A proposição classifica como ONG "qualquer instituição de direito privado, sem fins lucrativos, com finalidade social". Determina que uma ONG só poderá funcionar depois de inscrita nos órgãos governamentais competentes, federal e estaduais. O CNO será administrado pelo Ministério da Justiça.

Da inscrição deverão constar suas fontes de recursos, linhas de ação, tipo de atividade, política de contratação de pessoal e nomes e qualificação de seus dirigentes, entre outras informações. O CNO será alimentado também pelos dados do Cadastro Nacional das

Pessoas Jurídicas, da Secretaria da Receita Federal, e, a cada dois meses, pelos dos cartórios de registro civil de pessoas jurídicas.

O texto do projeto determina que a ONG prestará contas anualmente ao Ministério Público "dos recursos recebidos por intermédio de convênios ou subvenções de origem pública ou privados". Na justificativa do projeto, os integrantes da CPI afirmam que muitas das 250 mil organizações da sociedade civil "abrigam atividades rigorosamente criminosas, ocultadas pelo manto da caracterização filantrópica, que dificulta a atuação das autoridades para sua repressão".

Para os membros da comissão, "a ausência de controle institucional, que cabe ao Estado, é, seguramente, a causa principal desse fenômeno". A intenção ao apresentar o projeto foi dar ao governo "instrumentos ágeis e legislação específica sobre a matéria".



Reunião da CPI, em 2002: parlamentares apresentaram diversos projetos para regular atuação das ONGs

## Uma Bandeira Nacional em cada cidade da Amazônia

Também de iniciativa da CPI que apurou, em 2002, denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não-governamentais (ONGs), encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto que torna obrigatório o hasteamento da Bandeira Nacional em qualquer núcleo habitacional na Amazônia Legal.

Na justificativa da matéria, os autores argumentam que, no campo da defesa da soberania nacional, observa-se certa fragilidade ou mesmo ausência de oposição oficial à pregação em favor da chamada "internacionalização" da Amazônia brasileira, inclusive como consequência da "postura imprópria" de ONGs estrangeiras e brasileiras.

De acordo com a proposta, caberá aos prefeitos, agentes de campo da Fundação Nacional do Índio (Funai) e representantes de ONGs a responsabilidade pelo hasteamento da Bandeira.

Pelo projeto, os agentes pú-



Obrigatoriedade do hasteamento da Bandeira objetiva marcar presença brasileira na região

blicos que descumprirem essa obrigação estarão sujeitos a punição administrativa. Quanto aos indivíduos e associações estrangeiras que vierem a hastear a bandeira de outro país ou organismo internacional desacompanhada do pavilhão nacional, a pena proposta é de expulsão do país.

## Mais rigor para quem tira proveito de entidades

Terminou o prazo para apresentação de emendas ao projeto de lei que define o crime de apropriação indébita contra associação ou fundação. A matéria agora aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta prevê reclusão de dois a cinco anos a quem "deixar de repassar, repassar tardiamente ou apropriar-se indevidamente de bens ou valores destinados a associação ou fundação".

A proposição, feita pela comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigou atividades de organizações não-governamentais (ONGs), altera o Código Penal. Na justificativa do projeto, os membros da comissão afirmam ter procurado "penalizar com especial dureza aqueles que se valem

do nome ou da posição assumida naquelas entidades para lograr proveito próprio". Tal rigor, segundo a CPI, justifica-se em face "do prejuízo que tal conduta provoca ao bom nome das entidades filantrópicas, provocando eventual diminuição das contribuições de particulares".

### REGISTRO

Também espera definição de seu relator na CCJ outra proposta da CPI das ONGs, determinando que o registro civil de pessoas jurídicas seja feito perante o ofício localizado no mesmo município da sede da entidade.

Na justificativa da matéria, os integrantes da CPI explicam que "determinada associação, que atue e tenha sua sede e domicílio em Boa Vista (RR), pode hoje ser registrada em qualquer uni-

dade da Federação, por exemplo, no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Porto Alegre (RS)". Para a CPI, isso "implica verdadeira balbúrdia, impossibilitando ou em muito dificultando qualquer tipo de controle que se pretenda exercer sobre tais entes".

O projeto dá um ano para que os representantes das pessoas jurídicas registradas fora da circunscrição da respectiva sede promovam a inscrição de seus atos junto ao ofício competente, com a apresentação da certidão expedida pelo cartório onde estiverem inscritos seus estatutos. Caberá ao cartório da sede pedir ao cartório em que estava inscrita a associação que faça a averbação de cancelamento, por motivo de transferência, no registro anterior.

## Atuação de estrangeiro dependerá de consentimento do MJ

Um projeto que estabelece a obrigatoriedade da autorização do Ministério da Justiça para que seja concedido o registro a pessoa jurídica da qual participem cidadãos estrangeiros para atuar na Amazônia Legal inclui-se entre as propostas formuladas pela CPI das ONGs. No ano passado a comissão investigou a atuação das organizações não-

governamentais no país.

Conforme sua justificativa, o objetivo da proposta, que altera o Estatuto do Estrangeiro, "é evitar a atuação deletéria de pessoas jurídicas brasileiras controladas por pessoa física estrangeira que, eventualmente, podem utilizar, de forma abusiva, o poder econômico que detêm para lograr proveito ilícito ou contrário

ao interesse nacional".

Além da autorização do Ministério da Justiça, o projeto determina que a participação de estrangeiros em associação que atue na Amazônia Legal dependerá do envio de relatório bial de atividades sobre a atuação da entidade do associado estrangeiro ao ministério, que expedirá a competente certidão.